



Assembleia de Freguesia de Amora

ATA N. 3/2014

Aos trinta dias, do mês de Junho, do ano de dois mil e quatorze, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia de Freguesia de Amora, em **Sessão Ordinária**, no Salão do Clube Recreativo da Cruz de Pau, sito na Rua de Bissau, em Cruz de Pau, presidida pelo Presidente da Mesa da Assembleia, Pedro Manuel da Silva Mogárrio e secretariada por Higinio António da Silva Coutinho e Sofia Alexandra de Jesus Andrade, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**:

- 1º. – Aprovação da Ata n.º 1/2014;**
- 2º. – Período Aberto à População;**
- 3º. – Período Antes da Ordem do Dia;**
- 4º. – Período da Ordem do Dia:**

a) Proposta para discussão e apreciação do 2.º Relatório Trimestral de 2014;

b) Proposta para aprovação da 2ª Revisão Orçamental de 2014 (a aprovar em minuta);

c) Proposta para aprovação da ratificação do Contrato Interadministrativo outorgado entre o Município do Seixal e a Junta de Freguesia de Amora (a aprovar em minuta):

- Gerir, conservar e promover a limpeza de cemitérios propriedade do Município;**
- Gerir e manter equipamentos de lazer diversos;**
- Executar obras de proximidade e realizar eventos de interesse para o Município;**
- Concessão do domínio público destinado à implantação de quiosques.**

d) Proposta para aprovação da ratificação do Acordo de Execução outorgado entre o Município do Seixal e a Junta de Freguesia de Amora (a aprovar em minuta);

- Gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes;**
- Gerir e assegurar a manutenção corrente de feiras e mercados;**
- Assegurar a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de Educação Pré-escolar e do Primeiro Ciclo do Ensino Básico;**
- Controlo prévio, realização vistorias e fiscalização nomeadamente:**
 - I Utilização e ocupação da via pública, no que diz respeito aos licenciamentos isolados, ocasionais e temporários;**
 - II Recintos improvisados;**
 - III Realização de espetáculos desportivos e divertimentos na via pública, jardins e outros lugares públicos ao ar livre;**
 - IV Atividade de guarda-noturno;**
 - V Realização de acampamentos ocasionais;**
 - VI Realização de fogueiras e queimadas.**

Estiveram presentes, para além dos Secretários supra mencionados, os (as) Senhores (as), Albino Júlio Silva Marquês, Almerinda Lopes Bento, Ana Sofia Clemente dos Santos, Arménio da Silva Francisco, Bruno Miguel Machado Vasconcelos, Carlos Manuel Cardoso Andrade, Fátima Isabel Frazão Prior, Fernando Manuel da Ponte Alves, Irene Maria Gabriel Almeida Capinha, Isabel da Conceição Abreu Rebouta Antas, José António Cardoso da Silva, Maria José Pinela, Maria Júlia dos Santos Freire, Nuno Filipe Pombo Soares Nunes, Nuno Miguel Ribeiro Conceição, Rui Fernando Valente Algarvio, Rui Manuel Segura Rosa e Vítor Manuel Lopes Gonçalves.

Não estiveram presentes, os seguintes membros da Assembleia:

Deolinda Maria Flor Nunes (CDU) que requereu, por motivos pessoais, a sua substituição nesta Assembleia, sendo substituída por membro da mesma lista política por que foi eleita, Maria José Pinela.

Inês da Silva Simões (PS) que requereu, por motivos profissionais, a suspensão do mandato por um ano, sendo substituída por igual período, por membro da mesma lista política por que foi eleita, Irene Maria Gabriel Almeida Capinha.

Da Junta de Freguesia, compareceram os seguintes membros: Manuel Ferreira Araújo, Maria Helena Arraiolos Quinta, Joaquim Inácio Murteira Saiote, Eunice Isabel Alves Teixeira e Eugénio de Figueiredo Costa.

Verificado o quórum para funcionamento, e existindo o mesmo, deu-se início aos trabalhos.

Entrou-se no 1º Ponto da Ordem de Trabalhos – Discussão e Aprovação da Ata n.º 1/2014;

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia – Pedro Mogárrio, informou que existe uma ata em atraso (Assembleia de 23 de Abril) e isso prende-se com o facto de o elemento que presta apoio administrativo a esta Assembleia ter de substituir colegas que não estão ao serviço por razões de saúde e acompanhamento familiar. Outras das razões foi ter ocorrido uma Assembleia de Freguesia Extraordinária (25/02), cuja ata irão hoje aprovar. Na próxima Assembleia contamos já ter a situação das atas regularizada.

Higino Coutinho (CDU), disse que na página primeira página da ata, na constituição da mesa da Assembleia, o seu nome está “Higino Manuel da Silva Coutinho” e deveria estar “Higino António da Silva Coutinho”

Não havendo mais intervenções a registar, **a Ata n.º 1/2014 foi posta a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.**

Entrou-se no 2º Ponto da Ordem de Trabalhos – Período Aberto à População

João Arada, teve a palavra para alertar o executivo da Junta de Freguesia para a situação em que se encontra o terreno junto à Sociedade Filarmónica Operária Amorense, mais concretamente junto ao lote número onze.

O espaço encontra-se ao abandono e tem um aspeto desumano. Está com tanta falta de asseio que ultimamente até se transformou num vazadouro de lixo. A areia que existe no passeio é tanta que quando chove é levada até à marginal.

Vem muita gente de fora à nossa cidade e aquele lugar como está não a prestigia nem dignifica.

Não havendo mais intervenções, deu-se entrada ao 3º Ponto da Ordem de Trabalhos – Período Antes da Ordem do Dia

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia – Pedro Mogárrio, informou que deram entrada na mesa seis (6) Moções, uma (1) Saudação, três (3) Propostas, dois (2) Pedidos de Esclarecimento e um (1) Voto de Pesar.

Bruno Vasconcelos (PSD), apresentou à Assembleia uma **Moção com a epígrafe “Segurança Rodoviária”, a que corresponde o Doc. 1, anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.**

Esta Moção foi admitida à discussão, por unanimidade.

Maria Júlia Freire (CDU), iniciou a sua intervenção dizendo ter dúvidas quanto à forma do documento, mas como o mesmo foi aceite pela Mesa como Moção é nessa qualidade que irá colocar algumas questões.

As questões colocadas na Moção não são da competência da Junta de Freguesia e por isso não deveria constar “...Solicita junto do Executivo...”, mas sim pedir que o Executivo faça as diligências necessárias no sentido de comunicar a quem de direito.

A Moção propõe a criação de lombas, mas é sabido que as lombas em algumas situações não se têm revelado eficazes, tendo até algumas contra indicações. A bancada da CDU propôs que o texto da Moção, no último parágrafo, fosse alterado para:

“...Assim, a Assembleia de Freguesia de Amora, reunida em sessão ordinária, ao trigésimo dia do mês de Junho de 2014, solicita junto do Executivo da Junta que efetue as diligências necessárias para:

Levantamento na Freguesia e procura de soluções técnicas adequadas para evitar este tipo de situações...”

O Presidente da Junta de Freguesia – Manuel Araújo, usou da palavra para dizer que concorda com a intervenção anterior pois existem outras soluções que podem ser equacionadas para o local no sentido de reduzir a velocidade e assegurar a segurança dos peões. As lombas estão a ser muito contestadas pela população em geral, pelos técnicos e até pelos Bombeiros.

Deu o exemplo de uma solução que está a ser implementada na Avenida Afonso Costa onde junto às passadeiras estão a ser construídas “ilhas” no eixo da via que permitem aos peões atravessar em segurança. Essa solução evita também as ultrapassagens porque existe um obstáculo na via.

Existe ainda a possibilidade de utilizar a limitação da velocidade em áreas urbanas que permite a redução da velocidade para os vinte ou trinta quilómetros por hora.

O problema deveria ser assinalado e deixado ao critério da Câmara Municipal do Seixal encontrar uma solução que obrigue a reduzir a velocidade, quer na artéria em questão quer em outras.

Bruno Vasconcelos (PSD), em nome da bancada do PSD, disse aceitar a alteração à Moção proposta pelos eleitos da CDU.

Não havendo mais intervenções a registar e feitas as devidas alterações, **foi a Moção posta a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.**

Fátima Prior (PSD), apresentou à Assembleia uma Moção com a epígrafe “**Limpeza das vias pedonais**”, a que corresponde o **Doc. 2**, anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.

Esta Moção foi admitida à discussão, por unanimidade.

Vítor Gonçalves (CDU), iniciou a sua intervenção dizendo que este é um problema sentido por todo o país, não é um exclusivo da Freguesia de Amora.

As ervas crescem dentro do seu ciclo e a chuva é um contribuinte natural para o seu crescimento. Este tem sido um ano com muita pluviosidade o que veio fortalecer essa vontade da natureza.

No entanto compreendem o teor da Moção, enquanto chamada de atenção e recomendação e por isso a sua bancada irá votá-la favoravelmente.

O Presidente da Junta de Freguesia – Manuel Araújo, disse que esta é uma daquelas questões óbvias e que estão a vista de todos. Não tendo a Junta de Freguesia competências na área da limpeza urbana, certo é que ao longo dos anos o tem feito com alguma frequência, mas está cada vez mais limitada para o poder fazer.

A Junta já teve oito funcionários afetos aos espaços verdes o que lhe permitia fazer algumas desmatagens e limpezas na sua área urbana. Neste momento tem ao dispor apenas dois funcionários.

A Câmara Municipal, na área da salubridade, tem atualmente menos cento e tal funcionários que têm saído para a aposentação e outras situações. e está impedida de repor esse efetivo, antes pelo contrário a lei obriga as Autarquias Locais a reduzir todos os anos o seu número de funcionários de um a três por cento.

Tais condicionantes não significam que a Junta e a Câmara não possam fazer um esforço adicional no sentido de conseguirem ter as ruas minimamente apresentáveis.

Concluiu dizendo que com os cortes sofridos a qualidade do serviço público prestado começa a ressentir-se e a ser visível.

Não havendo mais intervenções a registar, **foi a Moção posta a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.**

Nuno Pombo (CDU), apresentou à Assembleia a **Moção com a epígrafe “Recusa da privatização dos Resíduos”** a que corresponde o **Doc. 3, anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.**

Esta Moção foi admitida à discussão, por unanimidade.

Almerinda Bento (BE), teve a palavra e começou por dizer que o silêncio a que estavam a assistir significava muito e isso tem acontecido muitas vezes nesta Assembleia.

Os eleitos do PSD não têm condições para apoiar e subscrever as políticas do seu Governo e com as quais não se sentem confortáveis. Não são capaz de as defender porque são indefensáveis, são contra as populações e ao arrepio do que é aceitável e admissível.

A sua intervenção foi apenas para quebrar esse silêncio e dizer que este Governo não tem a sustentabilidade dos próprios elementos que nas autarquias locais foram eleitos sob a sua sigla. Tal situação já aconteceu outras vezes e por outros motivos como a extinção das Freguesias, o encerramento dos CTT, o Hospital no Seixal, etc. Apelou, por isso, a que as bases façam ouvir as suas vozes junto aos governantes do seu partido que se têm pautado por atitudes empedernidas e contra natura.

A questão dos resíduos é passar por cima de todo um trabalho concreto das Autarquias que foi consolidado ao longo dos anos.

Bruno Vasconcelos (PSD), não era para intervir sobre este assunto mas dado o mote da Sr.^a Almerinda não pôde deixar de o fazer.

A privatização dos resíduos consta no memorando de entendimento que foi assinado com os credores que nos emprestaram dinheiro. Os Governos PS e PSD/CDS estão apenas a cumprir aquilo que ficou acordado. O PCP e o BE ficaram à parte, não quiseram fazer parte dessa negociação e participar no momento próprio da discussão e tiveram liberdade para o fazer.

O atual Governo foi eleito democraticamente, com este programa. Já todos sabiam o que ia acontecer. Por isso tem legitimidade para cumprir esse programa e tem quatro anos para o fazer. Terminado esse tempo irão novamente submeter-se ao sufrágio e à vontade da população e depois logo se verá.

Por tudo o que disse, declarou que os eleitos do PSD irão votar contra esta Moção.

Carlos Andrade (PS), pediu a palavra para defender a honra dos eleitos do Partido Socialista nesta Assembleia.

Pertencem a um partido democrático e sabem bem aquilo que querem e quando falam entre si nem sempre estão de acordo com aquilo que diz o partido. No PS existe liberdade para pensar e agir. Foram eleitos pelos fregueses de Amora e são eles que têm de ouvir e defender independentemente dos interesses partidários.

Para terminar disse que a bancada do PS irá votar favoravelmente esta Moção.

José António Silva (CDU) começou por dizer que, na sua opinião, o facto de se terem negociado algumas coisas, tal não significa que tenham de se cumprir. Também foram negociados cortes nas pensões e nos salários e depois o Tribunal de Contas veio contrariar essas negociações.

Só não poderiam, ou não valeria a pena, estar aqui a discutir as privatizações se elas já tivessem acontecido. Estão pois, ainda, a tempo de lutar por bens tão básicos como a água e os resíduos. Todos necessitamos de água para viver e todos podemos morrer pela sua falta.

Enquanto cidadãos e autarcas deveríamos ser solidários e discutir estes temas de forma mais humana. Quando estamos na nossa casa a pensar até conseguimos pensar bem mas depois como queremos agradecer tomamos diferentes posições.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia – Pedro Mogárrio, teve a palavra para deixar apenas um apontamento porque a verdade histórica é sempre importante para sabermos como as coisas de facto aconteceram.

As empresas Multimunicipais, de que a Amarsul é um exemplo, foram criadas por força da lei durante o Governo do Eng.º Guterres. Foram criadas empresas Multimunicipais mas também foram criadas empresas Intermunicipais todavia nunca permitiram que o Estado privatizasse os seus cinquenta e um por cento (51%) ficando as Câmaras Municipais com os restantes quarenta e nove por cento (49%).

Agora, por via da alteração dos estatutos o Estado pretende privatizar a sua parte e esses dois por cento é o que servirá para fazer as “tropelias” anunciadas. São dois por cento que bloqueiam qualquer tipo de deliberação que possa vir a ser tomada por parte dos Municípios.

O Investimento foi feito pelos Municípios que participaram de boa fé na criação destes equipamentos porque os mesmos eram um “upgrade” grande relativamente ao que existia, que eram aterros, e foi um passo importante em termos de saneamento básico.

A questão que se coloca agora, é que os Municípios que investiram e criaram as condições se vêm agora espoliados de uma parte da sua autonomia nessa matéria, ficando a gestão na mão de empresas privadas. .

Não havendo mais intervenções a registar, **foi a Moção posta a votação, tendo sido aprovada com dezoito (18) votos a favor (CDU, PS e BE), e três (3) votos contra (PSD).**

Vítor Gonçalves (CDU), apresentou à Assembleia a **Moção com a epigrafe “Contra a política de exploração e empobrecimento”** a que corresponde o **Doc. 4, anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.**

Esta Moção foi admitida à discussão, por unanimidade.

Não havendo intervenções a registar, **foi a Moção posta a votação, tendo sido aprovada com doze (12) votos a favor (CDU e BE), seis (6) abstenções (PS) e três (3) votos contra (PSD).**

Nuno Conceição (PS) pediu a palavra para, em nome dos eleitos do PS, fazer uma **declaração de voto** que justifique o facto de se terem abstido na votação.

Na Moção é referido que “..Três anos passados desde a assinatura do Pacto de Agressão que PSD, PS e CDS subscreveram...”. O documento assinado pelo Partido Socialista foi o Memorando da Troika e por isso desconhecem esse Pacto.

É dito também “...agravada nos últimos anos pela execução dos PEC...” Também não sabem que PEC são esses, o que sabem é que o último foi o PEC 4 e esse foi recusado pelo PSD e pela CDU.

Isabel Antas (PS), apresentou à Assembleia a **Moção com a epigrafe “Pelo Direito à Saúde”** a que corresponde o **Doc. 5, anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.**

Esta Moção foi admitida à discussão, por unanimidade.

Rui Algarvio (CDU), começou por dizer que os eleitos da CDU registaram positivamente esta Moção por parte do Partido Socialista.

É dito na Moção que no Distrito de Setúbal os Centros de Saúde têm vindo a ser encerrados. É pois preciso regressar ao passado, recente, para lembrar que foi durante o Governo PS, liderado pelo Engenheiro José Sócrates, que ocorreram processos de reorganização nos cuidados de saúde primários a nível do nosso Concelho que tiveram graves implicações na acessibilidade da nossa população à saúde. Encerraram-se os Serviços de Atendimento Permanente em Seixal e em Corroios, foram encurtados os horários de atendimento do Serviço de Atendimento de Agudos em Amora.

Tal como disse anteriormente registaram positivamente esta Moção, mas é preciso sermos coerentes com a nossa história e com o nosso passado.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia – Pedro Mogárrio, usou da palavra para lembrar que a Extensão de Saúde da Cruz de Pau foi encerrada, também, durante um Governo do Partido Socialista.

Nuno Conceição (PS) reconheceu que nem tudo esteve bem, mas o Partido Socialista quer dar um passo em frente, não querem ficar estagnados.

Ainda bem que os lembram do que fizeram menos bem, mas também era bom lembrar que foi uma Ministra da Saúde de um Governo do Partido Socialista que assinou o protocolo para a construção do novo Hospital no Seixal, que ainda não se concretizou mas que têm esperança que irá acontecer.

O principal interesse do PS não é partidário, é dar à população melhores condições de acesso à saúde e se possível a construção do novo Hospital “Ontem já veio tarde”.

Não havendo mais intervenções a registar, **foi a Moção posta a votação, tendo sido aprovada com dezoito (18) votos a favor (CDU, PS e BE) e duas (2) Abstenções (PSD).**

Rui Algarvio (CDU), apresentou à Assembleia a **Moção com a epígrafe “Contra o processo de reorganização hospitalar e em defesa do Serviço Nacional de Saúde”** a que corresponde o **Doc. 6, anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.**

Vítor Gonçalves (CDU) começou por dizer que esta Moção fez o retrato exato e real do que se passa com a saúde em Portugal.

Receu um pouco atrás na Assembleia e, estando de acordo com o que disse a D.^a Almerinda, afirmou “É incrível, nem que seja para apoiar as forças presentes do PS e do PSD não tenham uma palavra a dizer. Eu lamento muito.”

Não havendo mais intervenções a registar, foi a **Moção posta a votação, tendo sido aprovada com dezoito (18) votos a favor (CDU, PS e BE) e duas (2) Abstenções (PSD).**

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia – Pedro Mogárrio, informou que irão entrar na votação de outro tipo de documentos, as Propostas, que não são discutidas, são apenas votadas.

Por existirem dúvidas no plenário, consultou-se o Regimento da Assembleia que no n.º 2 e 3 do artigo 33.º diz “... 2 – Cabe à Mesa decidir da aceitação das propostas para serem discutidas. 3 - É o Presidente da Mesa quem escolhe a forma de proceder à discussão ou votação das propostas na generalidade, especialidade ou globalidade...”

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia – Pedro Mogárrio, disse que se o Plenário quiser discutir as propostas a mesa irá admitir essa discussão. No entanto a mesma terá de ser feita de forma sucinta e objetiva.

Nuno Conceição (PS), apresentou à Assembleia a **Proposta com a epígrafe “Pela melhoria de segurança e Saúde Pública no Parque do Serrado”** a que corresponde o **Doc.7, anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.**

Esta Proposta foi admitida à discussão, por unanimidade.

O Presidente da Junta de Freguesia – Manuel Araújo, começou por dizer que a vala que atravessa o Parque do Serrado é de facto um problema. E é um problema sem muitas soluções uma vez que por ser classificada como “vala real” não poderá ser tapada. Apenas poderá ser melhor sinalizada ou levar algum tipo de proteção à superfície.

No âmbito das novas competências dadas à Junta de Freguesia, o Parque do Serrado passará para a alçada da Junta. As limitações económicas da Câmara levaram a que fosse retirada a segurança no local e a Junta, no sentido de requalificar o Parque e encontrar uma solução a curto prazo, irá propor a criação de um bar com esplanada, em que o próprio concessionário assegurará a abertura e encerramento do Parque e a manutenção das instalações sanitárias, além de que será uma mais valia para o local.

A exemplo do que foi feito na zona ribeirinha, está prevista também a colocação de alguns aparelhos de ginástica no sentido de tornar o parque mais atrativo.

Posteriormente está-se a pensar permitir o acesso ao parque interior, o que agora devido à falta de segurança não acontece. Este é um Parque muito fechado e está situado mesmo ao lado de uma Escola Secundária, pelo que não poderá estar aberto sem vigilância.

Vítor Gonçalves (CDU) pediu a palavra para dizer que já não é a primeira vez que a questão do Parque do Serrado é discutida nesta Assembleia.

Tendo em conta as informações e esclarecimentos dados pelo Sr. Presidente da Junta a bancada da CDU irá votar a favor desta Proposta.

Posta a Proposta a votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Fernando Alves (PS), apresentou à Assembleia a **Proposta com a epigrafe “Para melhoria da segurança rodoviária na Rua do Vale”** a que corresponde o **Doc. 8, anexo à presente Ata** e que dela faz parte integrante.

Esta Proposta foi admitida à discussão, por unanimidade.

Falha na Gravação

Posta a Proposta a votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Isabel Antas (PS) apresentou à Assembleia a **Proposta com a epigrafe “Criação de um grupo de trabalho para dinamizar a participação cívica dos jovens”** a que corresponde o **Doc. 9, anexo à presente Ata** e que dela faz parte integrante.

Maria Júlia Freire (CDU), começou por dizer que naturalmente tudo o que tenha a ver com o desenvolvimento do espírito de cidadania os eleitos da CDU estarão a favor. Existem no entanto uma série de questões que gostariam de colocar relativamente a esta Proposta.

Em primeiro lugar vêm com dificuldade a implementação deste projeto no âmbito da Assembleia de Freguesia. Não gostariam que a proposta fosse aprovada para depois chegarem à conclusão que não têm condições para levar esse trabalho em frente.

Acrescentou ainda que este trabalho já é feito a nível das escolas. Existe uma iniciativa que é o “Parlamento Jovem” onde os alunos das Escolas Secundárias ao longo do ano criam os seus “grupos parlamentares” e depois vão apresentar os seus projetos na Assembleia da República.

Existe um outro projeto intitulado “Nós Propomos” que também tem em vista a participação cidadã. Estes projetos são candidaturas a nível nacional e este ano foram apresentados projetos no âmbito da situação da nossa Freguesia, todos eles muito interessantes e criativos e que irão ser apresentados na Assembleia Municipal de acordo com as solicitações feitas pelas Escolas.

Esta Assembleia poderia contribuir para um maior envolvimento neste tipo de ações e colocar-se à disposição das Escolas para os ajudar neste tipo de iniciativas.

Para finalizar sugeriu a realização de uma Assembleia de Freguesia num horário mais acessível aos alunos para eles verificarem como funciona este órgão.

Isabel Antas (PS), disse concordar com este tipo de trabalho porque o que se pretende é a participação cívica dos jovens. A criação de um grupo de trabalho pareceu-lhe pois pertinente, e deu algumas sugestões que o grupo a criar poderia por em prática:

- Criação de um projeto em que os alunos acompanhariam o Sr. Presidente da Junta ou o seu Executivo, por um dia, para terem conhecimento do que faz uma Junta de Freguesia. Isso ira enriquecer a comunidade escolar e os eleitos.
- Criação de uma Assembleia composta por alunos, tal como a iniciativa “Eleito por um dia” que já acontece em outros Concelhos.
- Trabalhar as questões da abstenção. Perceber o porquê dos jovens estarem pouco sensibilizados para as questões políticas.

Maria Júlia Freire (CDU), pelas palavras da D.^a Isabel entendeu que a Proposta apresentada não seria a criação de um Projeto da Assembleia mas sim a criação de um Grupo de Trabalho para estudarem os caminhos a percorrer para implementar essas ideias. Posto isto a Moção terá de ser reformulada para poder ser votada.

Isabel Antas (PS), disse que os eleitos do PS aceitam alterar a proposta, que leu à Assembleia devidamente reformulada.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia – Pedro Mogárrio, acrescentou que os Grupos de Trabalho têm uma função meramente interlocutória do ato administrativo. Isto é preparam, sugerem, mas não fazem. Quem executará as conclusões do Grupo de Trabalho será a Junta de Freguesia.

Posta a Proposta a votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Carlos Andrade (PS) apresentou à Assembleia **um Pedido de Esclarecimento**, a que corresponde o **Doc. 10, anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.**

O Presidente da Junta de Freguesia – Manuel Araújo, teve a palavra para tentar responder a algumas das questões colocadas.

O terreno que existe ao lado da SFOA é privado. O túnel que liga a Rua da Sociedade Filarmónica Operária Amorense à Rua D.^a Branca Saraiva de Carvalho, futuramente depois de aprovado o projeto para esse terreno, servirá apenas para acesso às traseiras dos prédios. Para intervir nesse local, a Junta de Freguesia teria de ter a autorização do seu proprietário. No entanto poder-se-á pensar numa solução para melhorar a iluminação pública no túnel.

Na Rua da Sociedade Filarmónica Operária Amorense pretende-se melhorar o passeio no sentido de conter as areias e evitar que as mesmas se acumulem na Marginal. Está-se a fazer uma intervenção idêntica na Rua Manuel Teixeira Gomes, em que os passeios também não existiam por estarem a aguardar a urbanização da Quinta Maria Pires.

Relativamente à má utilização do terreno, inclusive para depósito de lixo, no limite o proprietário do terreno poderá ser obrigado a vedá-lo. Talvez essa não seja uma boa solução para os moradores do local uma vez que o mesmo é muito utilizado para estacionamento, principalmente nas iniciativas promovidas pela SFOA.

As ruas e áreas a pavimentar estão devidamente sinalizadas.

Neste momento, a Câmara Municipal do Seixal tem a concurso a aquisição do betuminoso e pensa que será possível, antes do Inverno, reparar as ruas mais problemáticas.

No mercado da Cruz de Pau não existem atualmente contadores individuais. Os consumos de água estão incluídos na mensalidade paga pelos concessionários. Tem, no entanto, a certeza que os mesmos não refletem o real consumo. Os vendedores já foram alertados para os desperdício de água, mas alguns persistem nessa conduta.

O problema deverá ser resolvido com a intervenção que está prevista para o Mercado, onde irá ser feita a requalificação do espaço exterior e no interior do edifício, especialmente na zona do peixe, também irão fazer uma grande intervenção para que possam dotar todas as bancas com as condições que hoje em dia são exigíveis.

Rui Rosa (PS), apresentou à Assembleia **um Pedido de Esclarecimento, sobre os terrenos ao abandono na zona do antigo Mercado da Cruz de Pau, a que corresponde o Doc. 11, anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.**

O Presidente da Junta de Freguesia – Manuel Araújo, disse que esta é mais uma questão que se passa num terreno privado que pertence aos herdeiros do Sr. Xavier de Lima. Sabem que existem vários projetos para o local, que poderão se concretizar ou não, mas que de alguma forma iriam resolver alguns dos problemas apresentados.

Não podem intervir no local, pouco mais podem fazer do que alertar as entidades competentes para a necessidade de manter aquele terreno limpo e seguro.

Isabel Antas (PS), apresentou à Assembleia a **Saudação com a epigrafe “Dia Universal/Mundial da Criança” a que corresponde o Doc. 12, anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.**

Foi a Saudação **posta a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.**

José António Silva (CDU), apresentou à Assembleia **um Voto de Pesar ao autarca Joaquim Cândido Leite Moreira a que corresponde o Doc. 13, anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.**

Posto o Voto de Pesar a votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Feito um minuto de silêncio, o Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia – Pedro Mogárrio, interrompeu os trabalhos por um período de quinze (15) minutos.

Retomados os trabalhos **entrou-se no 4º Ponto da Ordem de Trabalhos - Período da Ordem do Dia:**

a) Proposta para discussão e apreciação do 2.º Relatório Trimestral de 2014;

O Presidente da Junta de Freguesia – Manuel Araújo, teve a palavra para dizer que este Relatório reflete o trabalho efetuado pela Junta de Freguesia durante os meses de Abril e Maio. Acrescentou ainda que no final do relatório encontram-se os mapas da execução orçamental até ao final de Maio.

Disse estar ao dispor dos eleitos para esclarecer qualquer questão que queiram colocar.

Nuno Conceição (PS), disse que os eleitos do PS têm algumas dúvidas relativamente a alguns pontos deste Relatório Trimestral:

- Na página dezassete (17) no Apoio Social é dito “... a compra de medicamentos, óculos e tratamento dentário para famílias carenciadas orçou em 2.868.46 euros...”

Gostariam de saber quantas famílias foram abrangidas e quais os critérios utilizados na seleção das mesmas.

- Na execução da receita o Imposto Municipal sobre imóveis (IMI) tem uma taxa de execução de zero por cento (0%). Gostariam de saber se existe alguma transferência municipal em atraso que justifique essa baixa execução.

- Nos mercados e feiras a taxa de execução também é de zero por cento (0%). Gostariam de saber se existe algum problema ou se não está a ser feita a cobrança mensal aos concessionários do mercado.

- As contribuições para o Centro Regional Segurança Social, subsidio de férias e de Natal também têm uma taxa de execução muito baixa. Gostariam de saber se existe alguma explicação para tal.

- Nas despesas, a rubrica Parques e Jardins tem também uma execução muito baixa, seis virgula dezanove por cento (6,19%) e os outros trabalhos especializados têm uma execução de vinte e quatro virgula seis por cento (24,6 %). Gostariam de saber a que se devem taxas tão baixas. Está prevista a realização de algum trabalho específico para breve?

- A Cultura Desporto e Tempo Livres tem um grau de execução de vinte e quatro virgula um por cento (24,1%). No entanto no código de Instalações desportivas e recreativas a execução é de zero por cento (0%) embora tenham sido orçamentados vinte mil (20.000) euros. No código Outros Investimentos estão orçamentados dezassete mil (17.000) euros e apenas executados um por cento (1%). Poderão concluir que não foi feito qualquer investimento nesta área até agora?

- Ao contrário das anteriores, a rubrica Ensino e Educação, no código conservação de bens, a execução da despesa está já em noventa e um virgula seis por cento (91,6%). Gostariam de saber se existe alguma justificação para valores tão altos.

O Presidente da Junta de Freguesia – Manuel Araújo, usou da palavra para tentar esclarecer as questões colocadas:

- Relativamente aos Apoios concedidos às famílias explicou que o mesmo é feito de acordo com os pedidos que chegam à Junta de Freguesia, quer através das famílias, de outras Instituições e por vezes através das Escolas, nomeadamente para a compra de óculos. É feito um processo pela Técnica de Serviço Social e por vezes é realizada uma visita domiciliária. É depois feito o cruzamento dos dados com outras instituições e Segurança Social no sentido de se aferir a verdadeira situação financeira da família. Para clarificar, definir critérios e tornar estes processos mais transparentes o Executivo da Junta está a pensar apresentar, ainda este ano, um regulamento de atribuição de apoios sociais.

- O Imposto Municipal de Imóveis (IMI) não é transferido para a Junta diretamente pela Câmara Municipal. Ele virá através do Orçamento Geral de Estado. Ou seja é retirado um por cento (1%) do total do IMI cobrado pela Câmara e transferido para a Junta. Esta é uma questão que os preocupa uma vez que este valor é uma compensação pelas novas competências legais atribuídas às Juntas de Freguesia, só que estamos a meio do ano e ainda não sabemos qual será esse valor e nem quando estará disponível. Sabem apenas que o mesmo irá ser pago em várias tranches e que algumas Juntas já começaram a receber.

- As receitas do mercado estão com um grau de execução na ordem dos quarenta por cento (40%) o que lhe parece um valor bastante razoável. Existem dificuldades por parte de alguns vendedores o que tem originado atrasos nos pagamentos. Para tentar regularizar essas situações a Junta tem efetuado planos de pagamento com alguns concessionários.

- A elevada taxa de execução das despesas no Ensino e Educação, noventa e um por cento virgula seis por cento (91,6%) tem a ver com o material de expediente e limpeza das Escolas do Ensino Básico que é mais uma das novas competências das Juntas.

Quando foi feito o orçamento ainda não tinham noção do que iriam gastar e por isso a rubrica foi orçamentada com um valor muito baixo.

No geral pensa que as questões foram bem colocadas, mas ainda é cedo para se tirarem conclusões. Uma análise concreta só poderá ser feita no final do ano. A intenção de incluir a execução orçamental nos relatórios trimestrais é para haver hipóteses de avaliar a evolução das contas da Junta.

Deu o exemplo do Mercado, onde está orçamentada uma verba de sessenta mil (60.000) euros para investimentos e neste momento tem uma taxa de execução de zero por cento (0%). Quando o investimento previsto tiver condições de ser implementado essa taxa de execução subirá logo para setenta (70%) ou oitenta por cento (80%).

Situação idêntica acontece com a a rubrica Cultura Desporto e Tempos Livres que neste momento tem uma taxa de execução de zero por cento (0%) e que irá disparar no próximo trimestre. A Junta pretende fazer uma intervenção nas vedações do Polidesportivo da Azinhaga do Roque e na transformação do Polidesportivo da Quinta da Medideira num espaço para a prática de Voleibol e Futebol de Praia, o que irá absorver as verbas orçamentadas.

b) Proposta para aprovação da 2ª Revisão Orçamental de 2014 (a aprovar em minuta);

O Presidente da Junta de Freguesia – Manuel Araújo, iniciou dizendo que na Assembleia de Abril (23/04) foi apresentada e aprovada a primeira Revisão Orçamental que se destinou à distribuição do saldo do ano de 2013 pelas respetivas rubricas.

A revisão que agora apresentam tem um carácter mais abrangente e tem essencialmente a ver com as questões dos protocolos.

A Junta tinha orçamentado as verbas que estavam atribuídas para os Protocolos de Delegação de Competências que existiam e que foram prolongados por quatro meses, conforme aprovação na última Assembleia de Freguesia de Abril.

Esta revisão pretende fazer o acerto. Incluir as verbas só desses quatro meses de Protocolos, retirar da receita prevista os restantes meses e incluir os valores previstos para os novos Acordos de Execução e Contratos Interadministrativos.

Existe uma verba mais significativa que também é aqui incluída e redistribuída e que tem a ver com o pagamento das tranches que estavam em atraso da Câmara Municipal do Seixal relativas ao ano de 2012. Eram verbas que foram incluídas no Plano de Consolidação Orçamental da Câmara e que só poderiam ser pagas na base desse plano. Ou seja, só foram pagas quando a Câmara conseguiu concretizar o empréstimo que fez com vários bancos.

Esta Revisão reflete também a questão das competências legais que foram transferidas para a Junta de Freguesia. Uma das mais importantes e dispendiosas, a manutenção das calçadas, bermas e passeios, que a Junta tinha inscrito no orçamento com uma verba de cerca de setenta e três mil (73.000) euros. A compensação para esta nova competência será o tal um por cento (1%) do IMI do qual preveem receber entre cinquenta e sessenta mil euros.

Nuno Conceição (PS), usou da palavra para colocar algumas questões ao Sr. Presidente da Junta.

- Na página um (1) da Revisão (Modificações do Orçamento da Receita) o total das dotações é de um milhão, trezentos e noventa e sete mil, quatrocentos e dezoito euros e trinta e cinco cêntimos (1.397.418.35). Somando os vários itens, o total obtido é de quatrocentos e trinta e oito mil quinhentos e noventa e um (438.591) euros. Gostariam de saber o porquê dessa diferença.

- Na proposta de deliberação da Câmara Municipal do Seixal o valor da execução dos Contratos Interadministrativos é de seiscentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e noventa (644.890) euros. O valor a atribuir à Junta de Freguesia de Amora é de cento e setenta e quatro mil, setecentos e sessenta e cinco (174.765) euros e está registado nesta 2.ª Revisão Orçamental.

- Na proposta dos acordos de execução o valor anual de execução é de quatrocentos e treze mil, cento e vinte e um (413.121) euros.

O valor a atribuir à Junta de Freguesia de Amora está dividido em duas partes: Trinta mil, quinhentos e vinte (30.520) euros (acordo execução manutenção espaços verdes) e quarenta e um mil, seiscentos e setenta e oito (41.678) euros (acordo execução de manutenção Escolas Ensino Básico) que também estão incluídos nesta 2.ª Revisão Orçamental.

O valor de dezassete mil, trezentos e quatro (17.304) euros (acordo execução de desmatamento e limpeza de terrenos municipais) não é referido na proposta de deliberações. Gostariam que fosse explicado o porquê dessa falta.

O Presidente da Junta de Freguesia – Manuel Araújo, começou por explicar que o valor de um milhão, trezentos e noventa e sete mil, quatrocentos e dezoito euros e trinta e cinco cêntimos (1.397.418.35) é o total do orçamento da Junta após a 1.ª Revisão Orçamental.

Relativamente aos novos acordos de execução e contrato Interadministrativo as verbas que estão incluídas nesta Revisão correspondem a apenas oito meses (Maio a Dezembro 2014) porque os outros quatro meses (Janeiro a Abril 2014) foram um prolongamento dos Protocolos de Delegação de Competências que existiam.

O Acordo de execução de desmatamento e limpeza de terrenos municipais ainda não é apresentado nesta Assembleia uma vez que ainda não foi a Sessão de Câmara e Assembleia Municipal. Se esta Revisão for hoje aprovada o acordo terá de ser retificado, possivelmente na próxima Assembleia de Freguesia de Setembro. Decidiram incluir já esta verba porque é a prevista e para evitar uma 3.ª Revisão Orçamental.

Posto o documento a votação foi o mesmo aprovado, em minuta, com doze (12) votos a favor (CDU e BE) e oito (8) abstenções (PS e PSD).

c) Proposta para aprovação da ratificação do Contrato Interadministrativo outorgado entre o Município do Seixal e a Junta de Freguesia de Amora (a aprovar em minuta):

- **Gerir, conservar e promover a limpeza de cemitérios propriedade do Município;**
- **Gerir e manter equipamentos de lazer diversos;**
- **Executar obras de proximidade e realizar eventos de interesse para o Município;**
- **Concessão do domínio público destinado à implantação de quiosques.**

O Presidente da Junta de Freguesia – Manuel Araújo, explicou este Contrato Interadministrativo vem substituir o Protocolo de reforço do orçamento que a Câmara Municipal fazia com a Junta e que visava dotar a mesma de maior capacidade de fazer investimentos e fazer face as suas despesas correntes, uma vez que a verba que é transferida através do Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF) não dá sequer para o seu regular funcionamento.

Este Contrato abrange diversas matérias que não são objeto de Acordo de Execução. São competências legais que passaram para a Junta mas que a mesma, só por si, não tem capacidade para por em prática. Este Contrato irá permitir à Junta continuar a executar obras de proximidade e eventos de interesse para a Freguesia.

Foram definidos critérios para se obter os valores que cada Freguesia irá receber. Neste caso concreto o critério que irá prevalecer tem a ver com a área urbana e o número de habitantes. A Amora é a Freguesia do Concelho com maior área geográfica, maior até que a União das Freguesias de Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires. No entanto só dois terços da Freguesia é que são área urbana.

As minutas entregues são genéricas, ou seja, são iguais para todas as Freguesias. Só depois serão feitos contratos específicos com cada Freguesia.

José António Silva (CDU), teve a palavra para colocar uma questão. Na proposta de deliberação é dito que os Contratos Interadministrativo têm por objeto a delegação de competências da Câmara Municipal do Seixal nas Juntas de Freguesia.

No seu entender existe uma matéria que não poderá ser delegada, que é o cemitério.

O cemitério de Amora é paroquial e propriedade da Junta e por isso não deveria constar nas delegações de competências.

O Presidente da Junta de Freguesia – Manuel Araújo, começou por dizer que o cemitério consta como uma delegação de competência porque, tal como disse anteriormente, esta minuta é genérica e igual para todas as Freguesias.

No Concelho do Seixal existem duas categorias de cemitérios: os cemitérios paroquiais, que são propriedade das Juntas, como o Cemitério de Amora, Arrentela e da Aldeia de Paio Pires, e os cemitérios municipais como são o cemitério de Santa Marta de Corroios e do Seixal.

A Câmara não faz distinção entre eles e neste momento todos estão a ser mantidos pelas Juntas de Freguesia, não existindo transferências de verbas porque os mesmos são geridos com as suas próprias receitas.

A questão levantada pelo Sr. José António tem razão de ser e por isso quando forem assinados os Contratos Interadministrativos com cada Freguesia é importante que fique bem claro que, no caso da Freguesia de Amora, não existe delegação de competências nessa matéria.

Esta situação não é nova. A Lei 169/99 já previa que era uma competência das Juntas de Freguesia gerir e manter os cemitérios que sejam sua propriedade.

Rui Rosa (PS), teve a palavra para colocar uma questão ao Sr. Presidente da Junta.

No quadro das competências delegadas é dito que a comparticipação financeira terá um valor global anual de novecentos e sessenta e sete mil, trezentos e trinta e cinco (967.335) euros. No entanto mais abaixo é dito que para o presente ano o valor será de seiscentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e noventa (644.890) euros.

Gostaria de saber o porquê desta diferença de valores?

O Presidente da Junta de Freguesia – Manuel Araújo, explicou que o primeiro valor é o valor global para os doze (12) meses e o segundo corresponde a apenas oito (8) meses.

Vítor Gonçalves (CDU), começou por dizer que relativamente à proposta em apreço gostaria de realçar o seu preâmbulo.

A delegação de competências e meios da Câmara para a Junta não é uma novidade, é uma prática em que o Município do Seixal foi pioneiro.

As Juntas de Freguesia do Concelho atingiram aliás um grande prestígio a nível nacional pela sua forma de gestão descentralizada.

Relativamente à questão levantada pelo Sr. José António disse que se lermos o quadro da proposta com atenção verificamos que gerir, conservar e promover a limpeza de cemitérios é feito com receitas próprias e é isso que tem sido prática corrente na Freguesia de Amora.

Todos os requisitos apresentados estão assentes numa plataforma de entendimento entre a Câmara Municipal do Seixal e a Junta de Freguesia de Amora que foram aprovados em Assembleia Municipal, em reunião do Executivo Camarário e em reunião de Junta.

Almerinda Bento (BE), disse que, de facto, quando olham para estes mapas ficam um pouco confusos porque os mesmos não são de fácil leitura e por isso considerou normal todas as questões colocadas.

Terminou dizendo que as perguntas foram pertinentes e as respostas que o Sr. Presidente da Junta tem dado têm sido extremamente esclarecedoras.

Carlos Andrade (**PS**), começou por dizer que quando os eleitos do Partido Socialista colocam alguma questão nesta Assembleia não estão a por em causa o trabalho e o rigor orçamental da Junta de Freguesia, antes pelo contrário, até consideram que o Sr. Presidente e o seu Executivo têm feito um bom trabalho.

Existem é dúvidas. São muitos quadros, muitos números que por vezes não conseguem entender e interpretar, e daí as questões colocadas.

O Presidente da Junta de Freguesia – Manuel Araújo, compreendeu as questões colocadas, até porque ele próprio anda a discutir estes acordos há quase seis meses.

Alguns Municípios passados dois ou três meses já tinham os acordos aprovados, particularmente aqueles aqueles onde não existiam anteriormente delegações de competência. Mas alguns já estão a rever esses acordos porque as Juntas de Freguesia não estão a conseguir por em prática tantas competências por não terem capacidade para as executar.

Existem duas Leis, a Lei 75/2013 que abrange três mil e cem (3100) Freguesias e a Lei 56/2013 que se destina apenas às vinte e quatro (24) Freguesias do Município de Lisboa.

Estas últimas foram dotadas de competências legais com verbas transferidas diretamente do Orçamento de Estado, embora descontadas do Orçamento Municipal. Mesmo essas Juntas para onde foram transferidas avultadas verbas e recursos humanos estão com dificuldades de executar as novas competências. Não é com um Executivo que apenas tem um Presidente a tempo inteiro que se consegue “dar a volta” a uma estrutura que não está montada.

As Juntas do Concelho do Seixal que até já tinham alguma experiência em tarefas delegadas, pois como já foi dito anteriormente o Município do Seixal foi pioneiro nessas matérias, tiveram de discutir estes acordos ao pormenor e mesmo assim ainda existem dúvidas.

Estes não são os acordos que gostariam de ter. Gostariam de ter mais recursos humanos e mais verbas para poderem resolver os problemas da Freguesia. No entanto, têm consciência do momento difícil que o país atravessa e por isso os recursos que existem têm de ser muito bem geridos.

Estes acordos vão continuar a ser discutidos, vão haver avaliações trimestrais e relatórios e com certeza que algumas coisas terão de ser alteradas e melhoradas.

Disse ainda que estes acordos não são anuais, tem a duração de um mandato e mesmo que ocorram eleições, se não houver denuncia das partes, os mesmos podem continuar. No entanto considera que as verbas vão ter de ser revistas anualmente.

Posto o documento a votação foi o mesmo aprovado, em minuta, com dezoito (18) votos a favor (CDU, PS e BE) e duas (2) abstenções (PSD).

d) Proposta para aprovação da ratificação do Acordo de Execução outorgado entre o Município do Seixal e a Junta de Freguesia de Amora (a aprovar em minuta);

O Presidente da Junta de Freguesia – Manuel Araújo, teve a palavra e começou por dizer que os Acordos de Execução têm por objeto a delegação de competência da Câmara Municipal do Seixal nas Juntas de Freguesia.

Embora a Lei aconselhe que essas transferências sejam feitas, tal não é obrigatório, até porque o Município tem de comprovar que existem vantagens em fazer essas delegações.

Algumas competências, como a manutenção dos espaços verdes, a manutenção do mercado e a realização de pequenas reparações nas Escolas Ensino Básico, não são nada de novo para a nossa Junta.

Relativamente à gestão e manutenção de espaços verdes, o critério utilizado para definir a verba a transferir para cada Junta de Freguesia é a área que cada Junta aceitou gerir. A Junta de Amora assumiu uma área maior que aquela que tinha anteriormente, mas que é inferior à das outras freguesias e isto porque a Junta assumiu apenas os pequenos espaços verdes deixando a gestão dos grandes Parques Urbanos na Câmara Municipal.

O cálculo é feito segundo a formula: Cada hectare tem o valor de quatorze mil (14.000) euros por ano o que dá um euro e quarenta (1.40) por metro quadrado, por ano.

O critério utilizado para as escola é o número de espaços (salas, wcs e outros).

As “verdadeiras” novas competências irão ser geridas com receitas próprias, cuja totalidade obtida ficará na posse da Junta.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia – Pedro Mogárrio, acrescentou que os mercados no Concelho do Seixal nunca pertenceram às Juntas de Freguesia pois são Municipais e como tal são aqui, e bem, objeto de delegação.

Nuno Conceição (PS), gostaria de saber o que entende pela atividade de guarda noturno

O Presidente da Junta de Freguesia – Manuel Araújo, informou que está a ser discutido com as Juntas de Freguesia, o Sr. Vereador da Proteção Civil e o Sr. Presidente da Câmara esta questão do licenciamento da atividade de guarda noturno.

Lembrou que a Freguesia de Amora é a única onde já existiram três (3) guardas noturnos durante alguns anos e que, no seu entender, desempenharam bem o seu papel.

O Município está a ser dividido em várias áreas e a Freguesia de Amora, à exceção do Pinhal Conde da Cunha, ficará toda abrangida.

O concurso será aberto mas não sabem qual será o interesse e a procura.

A atividade de guarda noturno não é fácil, é uma atividade que não é subsidiada e as suas receitas são aquilo que conseguem angariar junto dos moradores e comerciantes.

Carlos Andrade (PS), gostaria de saber como irá funcionar o licenciamento de fogueiras e queimadas.

O Presidente da Junta de Freguesia – Manuel Araújo, disse que ainda não pode dar muitas informações sobre isso porque, por enquanto, é a Câmara que está a exercer essa competência, que irá passar gradualmente para as Juntas de Freguesia.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia – Pedro Mogárrio, teve a palavra para explicar, resumidamente, a diferença entre Acordos de Execução e Contratos Interadministrativos porque, na sua opinião, é importante que os membros antes de votarem saibam bem aquilo que estão a votar.

São ambos contratos administrativos, a única coisa que os distingue é que no Acordo de Execução são obrigatoriamente delegáveis as matérias que o Sr. Presidente da Junta acabou de referir e nos Contratos Interadministrativos pode ser tudo delegado, assim a Junta tenha capacidade económica e logística para executar e a Câmara tenha interesse na delegação.

Com este assumir de competências das Juntas e a sua respetiva natureza de fiscalização, irá nascer a possibilidade de as mesmas poderem instaurar procedimentos de contra ordenação por violação das normas definidas.

Posto o documento a votação foi o mesmo aprovado, em minuta, com dezoito (18) votos a favor (CDU, PS e BE) e duas (2) abstenções (PSD).

Seguidamente, não havendo mais intervenções, **o Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia – Pedro Mogárrio**, agradeceu a presença de todos e deu **por terminados os trabalhos**.

Para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários.

O Presidente:

O 1ª Secretário:

A 2º Secretária:

Ata aprovada na Assembleia de Freguesia Ordinária, realizada em 30/09/2014, por unanimidade.